

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: A dança da gasolina	2
Título: Promessa antiga	2
Título: Sete em cada dez brasileiros são contra as privatizações	3
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	4
Título: Braskem, BRF e Ultra avaliam captação externa	4
VEÍCULO: Valor Econômico	5
Título: Curtas	5
Título: Nova ação contra SBM pode afetar leniência.....	6
Título: Aura Minerals e Rio Novo se unem com foco em expansão	8
Título: Correção	9

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ancelmo Gois****Título: A dança da gasolina**

Acredite. Entre 4 de julho e 15 de dezembro, foram feitos 108 reajustes nos preços da gasolina e 111, nos do diesel. Isso é consequência da nova política de preços implantada pela Petrobras, que segue as tendências dos preços no mercado internacional.

Segue...

Antes, como se sabe, o governo federal, não raro, segurava o reajuste da gasolina para tentar controlar a inflação. Adriano Pires, consultor da área de energia, diz que, por causa disso, só o governo Dilma causou uma perda de US\$ 40 bilhões no caixa da empresa. Uma baita grana.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Mercado****Autor: Lydia Medeiros****Título: Promessa antiga**

Poder em jogo

Destaque na lista de realizações de Michel Temer distribuída pelo Planalto, a transposição do Rio São Francisco deve ser concluída em 2018. E o governo quer repassar aos estados beneficiados - Paraíba, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte - **uma conta que hoje está em cerca de R\$ 200 milhões, mas que vai dobrar com a entrega final das obras: é o custo da energia para levar água às empresas responsáveis.** Em 2005, os então governadores desses estados assinaram um acordo em que se responsabilizariam pelo custeio do novo serviço. Do outro lado estavam três ministros do governo Lula: Dilma Rousseff (Casa Civil), Marina Silva (Meio Ambiente) e Ciro Gomes (Integração Nacional). A primeira foi presidente da República. Os dois últimos são candidatos ao cargo.

Fatura pendente

O projeto de revitalização do S. Francisco está atrasado. Agora, foi atrelado à privatização da **Eletrobrás**, como condicionante ambiental para o futuro operador. O custo será de R\$ 350 milhões nos primeiros 15 anos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: TAIS HIRATA DE SÃO PAULO****Título: Sete em cada dez brasileiros são contra as privatizações**

Venda é rejeitada até entre eleitores de partidos associados a desestatizações

Oposição da população deve ser entrave a privatizações planejadas para 2018, como a da Eletrobrás

Sete em cada dez brasileiros se opõem à privatização de estatais, aponta levantamento do Datafolha.

A maioria (67%) da população também vê mais prejuízos que benefícios na venda de companhias brasileiras para grupos estrangeiros.

A oposição a privatizações predomina em praticamente todos os recortes analisados —por região, sexo, escolaridade, preferência partidária e aprovação à gestão Temer.

O único cenário em que a ideia é aceita pela maioria é entre aqueles com renda superior a dez salários mínimos por mês, dos quais 55% se disseram favoráveis.

A aceitação cai conforme diminui a renda familiar mensal. Entre os que ganham até dois salários mínimos, 13% são a favor.

Os moradores do Norte e do Nordeste são os mais resistentes —com taxas de 78% e 76% de reprovação, respectivamente—, enquanto os do Sudeste são os que melhor aceitam a ideia: são 67% contrários e 25% a favor.

As privatizações sofrem resistência até de eleitores de partidos e políticos em geral favoráveis à venda de estatais. Entre quem aponta como partido de preferência o PSDB —que historicamente apoiou e promoveu desestatizações—, 55% se disseram contrários, e 37%, a favor.

Foram ouvidas 2.765 pessoas com margem de erro de dois pontos percentuais.

O placar é mais apertado entre os que avaliam como bom ou ótimo o governo de Michel Temer —que tem promovido uma série de projetos de privatização—, mas a maioria (51%) também se opõe.

Essa resistência é o principal entrave para as desestatizações que o governo pretende concluir até o fim de 2018, segundo analistas —a Eletrobras é a maior delas.

A privatização da Petrobras —tema já levantado por ministros e pré-candidatos à Presidência— também é fortemente rechaçada pela maior parte da população: 70% se disseram contrários, e 21%, a favor. Os demais não souberam responder ou se disseram indiferentes.

Pesquisa feita pelo Datafolha em 2015 questionou: "Você é a favor ou contra a privatização da Petrobras?". A época, 24% declararam ser favoráveis e 61%, contrários.

Uma possível participação de capital estrangeiro na Petrobras tem oposição ainda maior: 78% se disseram contra, e 15%, a favor.

ELEIÇÕES

O tema deverá ganhar destaque nas eleições de 2018. A continuidade de programas de desinvestimento criados pelo atual governo é critério central para o apoio de investidores interessados em negócios de longo prazo no país. Mas a resistência de eleitores é clara, e não se restringe a candidatos de esquerda.

Nenhum grupo que hoje votaria nos potenciais candidatos é majoritariamente favorável à privatizações em geral nem à venda da Petrobras.

Os menos resistentes são aqueles que declararam voto em Geraldo Alckmin (PSDB) e Jair Bolsonaro (PSC).

Em dois cenários —um com a participação de Lula (PT) na disputa e outro sem—, o apoio a privatizações varia de 31% a 36% entre os potenciais eleitores dos dois nomes.

Os que declararam voto no petista são os que mais rechaçam as privatizações. A rejeição foi de 80% para a venda de estatais em geral e de 76% para a venda da Petrobras.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: ALINE BRONZATI CYNTHIA DECLOEDT FERNANDA GUIMARÃES

Título: Braskem, BRF e Ultra avaliam captação externa

Coluna do Broadcast

Braskem, BRF e Grupo Ultra olham oportunidade de captar recursos, com emissão de bônus no mercado de dívida externa, ao prazo de 30 anos, onde o custo está baixo. Como as taxas de juros nos países desenvolvidos estão próximas a zero ou em patamares negativos, investidores têm disputado papéis que são mais longos, mas que, por isso, oferecem melhor remuneração. Com o aumento da procura, no entanto, o custo para as empresas cai. As emissões para esse prazo normalmente ficam entre US\$ 300 milhões e US\$ 500 milhões. A Braskem deve tentar sair no primeiro trimestre, possivelmente na janela de janeiro, salvo algum imprevisto, como o rebaixamento do Brasil por alguma agência de classificação de risco. A BRF quer aguardar o balanço de 2017 para seguir ao exterior. Já o Grupo Ultra estuda internamente a questão e ainda não bateu o martelo.

» De volta.

A emissão mais recente da Braskem aconteceu em outubro, quando levantou US\$ 500 milhões com bônus de 5 anos. Ultrapar e BRF captaram lá fora pela última vez em 2016, com bônus de 10 anos. Procuradas, Braskem, BRF e Ultra não comentaram.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor:

Título: Curtas

Ferbasa compra eólicas

A fabricante de ferroligas Ferbasa adquiriu a totalidade das ações da BW I, empresa de investimentos que atua no setor de energia eólica, detidas pelo Santander Investimentos e pela Brazil Wind, pelo valor de R\$ 450 milhões. A empresa poderá pagar ainda R\$ 40 milhões adicionais, após o cumprimento de metas estipuladas no contrato. A operação compreende a aquisição indireta de seis sociedades de propósito específico (SPEs) entre os municípios de Pindaí e Caetité, no sudeste da Bahia. As SPEs se encontram em fase operacional e com energia negociada no volume total de 81 megawatts (MW) médios. A compra ainda depende da aprovação em assembleia dos acionistas da Ferbasa, da

manutenção da operação das SPEs e da aprovação pelas autoridades competentes.

Deságio menor

Contrariando os significativos deságios nos leilões A-4 e A-6 realizados na semana passada, a disputa por energia existente, ocorrida na última sexta-feira, registrou descontos menores, com a contratação de 711 megawatts (MW) médios de garantia física nos dois certames, A-1 e A-2, com fornecimento de energia a partir de fevereiro de 2018 e 2019, respectivamente. A-1 registrou deságio de 18,2%, ao preço médio de R\$ 177,46 por megawatt-hora (MWh), e o A-2, de 9,6%, a R\$ 174,52 por MWh. Já os leilões de energia nova registraram descontos de 38,7% (A-6) e de 54,6% (A-4). Somadas, as disputas da sexta-feira representam R\$ 2,2 bilhões em contratos. Entre os compradores, Eletropaulo, Coelba, RGE foram os principais destaques. Os maiores vendedores foram Tradener e Eletronorte.

ArcelorMittal e Ilva

A ArcelorMittal, maior siderúrgica do mundo, disse aos comissários que dirigem a fábrica italiana da Ilva que quer mudanças no contrato de compra da empresa, noticiou a agência "Reuters". No acordo de junho, a Arcelor se comprometeu a pagar € 1,8 bilhão pela operação, mas a compra foi bloqueada devido a desafios legais e uma investigação antitruste da União Europeia. Agora, a Arcelor quer alterações que a permitam suspender ou dissolver o compromisso, caso, de fato, haja complicações legais no processo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Murillo Camarotto | De Brasília

Título: Nova ação contra SBM pode afetar leniência

Perto de assinar um acordo de leniência com o governo federal após uma longa novela, a empresa holandesa SBM Offshore está sendo processada pelo Ministério Público Federal (MPF) por improbidade administrativa. A ação, impetrada há dez dias, promete conturbar ainda mais a tentativa da empresa, fornecedora de sondas de perfuração, de zerar suas pendências com as autoridades.

Pronto para ser assinado com a Controladoria-Geral da União (CGU), o acordo de leniência da SBM vem sendo negociado desde 2015. O processo atrasou devido a uma série de questionamentos do MPF e do Tribunal de Contas da

União (TCU). Há duas semanas, no entanto, o plenário do TCU aprovou as bases do acordo, pelo qual a empresa se comprometeu a devolver R\$ 1,2 bilhão.

A decisão foi interpretada como um grande avanço na disputa entre os órgãos envolvidos nos acordos. Por isso, a ação de improbidade movida pelo MPF, por meio da Procuradoria da República no Rio de Janeiro, aparece como um revés inesperado ao destravamento da leniência.

Além da empresa holandesa, a procuradoria está processando ex-executivos da Petrobras e da SBM. Pela estatal foram citados Jorge Zelada, Renato Duque e Paulo Roberto Buarque. Da SBM são alvo Robert Zubiarte, Didier Henri Keller e Anthony Mace.

O **Valor** apurou que a ação resulta do acordo de delação premiada de Julio Faerman, representante da SBM no Brasil. Ele confessou ter pago propina para executivos da Petrobras com o objetivo de garantir contratos para a SBM.

A expectativa da CGU é de que o MPF retire a ação de improbidade administrativa tão logo a SBM assine o acordo de leniência, o que está previsto para acontecer no início de janeiro. Os procuradores do Rio de Janeiro, contudo, não demonstram a tendência de seguir por esse caminho.

"As tratativas do MPF para celebrar acordo de leniência foram encerradas no final do mês de outubro, sem sucesso. A partir daí, não há acordo em andamento com o Parquet", informou a assessoria da procuradoria, que está em recesso até 7 de janeiro.

A postura evidencia a dificuldade de entendimento entre os quatro órgãos habilitados a participar das negociações de leniência com empresas acusadas de desvio de recursos públicos. MPF, CGU, AGU e TCU não conseguem oferecer às empresas interessadas em colaborar a segurança jurídica necessária.

Até agora, nenhuma das principais empresas envolvidas na Operação Lava-Jato conseguiu assinar acordos de leniência avalizados por todos esses órgãos. Entre as empreiteiras, a UTC foi a única que se acertou com a CGU, mas já foi declarada inidônea pelo TCU. Por outro lado, Camargo Corrêa, Odebrecht e Andrade Gutierrez fizeram acordo com o MPF, mas ainda estão sendo processadas pela CGU e devem ser declaradas inidôneas pelo TCU no início de 2018.

A ação de improbidade administrativa trata de atos envolvendo enriquecimento ilícito, proveito ilegal e dano ao erário, seja ele intencional ou não. Os condenados nesse tipo de ação podem ter os bens bloqueados e, no caso de servidores, perda da função.

O **Valor** não conseguiu contato com representantes da SBM.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Aura Minerals e Rio Novo se unem com foco em expansão

O empresário especializado no setor de mineração Paulo Brito vai juntar duas empresas da área das quais é controlador atualmente, ambas com capital aberto em Toronto: Aura Minerals e Rio Novo Gold. As duas têm projetos majoritariamente de pesquisa e extração de ouro, com ativos focados na América do Sul - especialmente, o Brasil.

A fusão servirá para incorporar a ainda pré-operacional Rio Novo na operação da Aura Minerals, que já produz em algumas unidades. Não haverá desembolso de caixa envolvido, e sim uma transferência de 0,053 ação da Aura para cada 1 detida por acionistas da Rio Novo, o que, após a transação, deixará Brito com 55,3%, aproximadamente, do capital social da nova companhia.

Esse processo faz parte do plano de aceleração dos negócios da Aura, iniciado com a chegada de Rodrigo Barbosa para a presidência executiva, em janeiro. Ex-presidente da têxtil Santista e diretor financeiro da Camargo Corrêa, Barbosa chegou à empresa em outubro do ano passado, mas a partir do início de 2017 começou a traçar estratégias de curto, médio e longo prazos com o objetivo de colocar a mineradora em rota de crescimento.

"Montamos uma equipe de 300 a 400 pessoas para avaliar os ativos e buscar eficiência neles", explica, em entrevista ao **Valor**. "Nosso objetivo é que no período de dois anos possamos dobrar a nossa produção atual de ouro, para 130 mil onças."

Além de ouro, a companhia também é produtora de cobre, com ativos no Brasil e em Honduras. Por aqui, controla a mina de Ernesto e Pau-a-Pique, no Mato Grosso - uma operação que adquiriu da Yamana Gold - e a de São Francisco, no mesmo Estado. Em terras hondurenhas, toca o empreendimento San Andres. Há ainda os projetos da Rio Novo, um em Mato Grosso; um em Tocantins; e um na Colômbia.

Caso consiga atingir seu objetivo de produção, a Aura acredita que atingirá um lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) de US\$ 100 milhões durante o mesmo biênio. De janeiro a setembro de 2017, apurou Ebitda de US\$ 16,8 milhões - ou seja, ritmo anual de US\$ 22,4 milhões. A receita líquida está em uma taxa anualizada de US\$ 158,6 milhões.

"Temos ainda um empreendimento parado há cerca de dois anos no México, para o qual estamos levantando recursos e fechando um contrato de fornecimento no longo prazo", afirma Barbosa. Por lá, a companhia julga interessante a oportunidade na produção do cobre.

Quando sentou na cadeira da presidência da Aura, o executivo já passou a organizar equipes para saber o que poderia ser tocado com a rentabilidade desejada e o que teria de ir embora. Nesse processo, ficou decidido que o ativo de Serrote da Laje, em Alagoas, seria vendido, o que foi concretizado em 1º de dezembro. Quando receber os US\$ 40 milhões da transação, a empresa fica com caixa líquido.

Outra tarefa de Barbosa será dar maior relevância à Aura. Apesar de estar exposta a investidores acostumados com mineradoras, em Toronto, seu valor de mercado caiu consideravelmente - para US\$ 80 milhões atualmente, de US\$ 800 milhões no auge - e não há mais cobertura de analistas de mercado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor:

Título: Correção

Ao contrário do que foi informado na reportagem "Novo plano de Petrobras prevê investir US\$ 74,5 bi", publicada na página B2, da edição do dia 22 de dezembro, o relatório do Bradesco projeta que a Petrobras teria R\$ 8 bilhões a receber do contrato de cessão onerosa e não a pagar.

MME / ASCOM .